

À CÂMARA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

Aquisição de scanner de mesa profissional. Processo de dispensa de licitação em razão do valor. Possibilidade. Publicação de Aviso de Contratação. Adequada. Ampliação da participação de interessados. Menor preço global. Regularidade do procedimento e do Termo de Referência.

Houve requisição da Presidência dessa Casa de Leis para a emissão de parecer jurídico nos autos de processo de dispensa de contratação 008/2026, que visa a aquisição de scanner de mesa profissional, conforme descrição mínima que é trazida em DFD e especificada em TR.

Desde já destaco que a manifestação tem natureza opinativa e, portanto, não vinculante para o gestor público, o qual pode de forma justificada adotar orientação contrária ou diversa da exposta neste parecer.

Compete ao parecer jurídico a análise da legalidade do procedimento ou ainda, orientações específicas, quando assim solicitado. Não lhe cabe a análise da oportunidade e da conveniência, a qual está a cargo do Gestor.

No caso analisado, a emissão de parecer fora solicitada no início do procedimento, estando composto por: Despacho que determina a contratação conforme DFD que o instrui; Manifestação Contábil; Termo de Referência (contando com anexos, referente a modelo de proposta). Dispensada a minuta de contrato considerando a entrega imediata do bem nos termos do artigo 95, II da Lei 14133/2021, ainda abrangido pelo inciso I do mesmo artigo em razão do valor do objeto.

Deve ser observada ainda a manifestação contábil a ser emitida nestes autos após a definição do contratado, a fim de ser analisada a sua documentação.

O objeto licitado havia sido adquirido apenas no ano de 2018, tendo sido atestado nos autos que o equipamento não se encontra em funcionamento e que a sua recuperação seria muito onerosa.

A justificativa para a contratação por fazer parte do mérito não cabe ser analisada por esta procuradoria.

O Termo de Referência indica a pretensão de contratação mediante dispensa de licitação, com fundamento o art. 75, II da Lei nº 14.133/2021.

O citado dispositivo assim traz:

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

(...)

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I- o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II- o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade

(...)

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa. (...)

Assim, no artigo 75, II, está prevista a contratação direta em razão do baixo valor a ser despendido, visando, claramente a lei, que seja cumprido o Princípio da Economicidade, evitando dispêndio com procedimento licitatório.

Mesmo prevendo a lei a possibilidade de dispensa do procedimento, é imperioso que os princípios do regime jurídico-administrativo sejam respeitados, dentre eles, o do interesse público, da imparcialidade, da busca pelo melhor preço, etc.

O artigo 72 da Lei n.º 14.133/2021 estabelece:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I- documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análises de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II- estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III- parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV- demonstraco da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V- comprovaco de que o contratado preenche os requisitos de habilitaco e qualificaco mínima necessária;

VI- razão da escolha do contratado;

VII- justificativa de preço;

VIII- autorizaco da autoridade competente.

Parágrafo nico. O ato que autoriza a contrataco direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido  disposico do público em sítio eletrônico oficial.

O DFD indicou a estimativa de preço e o valor máximo, adequando-se  modalidade de contrataco pretendida.

O artigo 43 da Resoluo 02/2024:

Art. 43 - O processo de contrataco direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitaco, deverá ser instruído com os seguintes elementos:

I - Documento de formalizaco de demanda, e, se for o caso, estudo técnico preliminar simplificado, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - Estimativa de despesa e ainda:

a) Justificativa da necessidade da contrataco;

b) Descrio sucinta do objeto;

c) Quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

d) Estimativa preliminar do valor da contrataco, por meio de procedimento simplificado;

e) Demonstraco de compatibilidade da previsão de recursos orçamentários;

f) Previsão de prazo para fornecimento do bem ou serviço;

g) Comprovaco da divulgaco do aviso de contrataco direta no sítio eletrônico oficial do Poder Legislativo e cumprimento do prazo para recebimento de propostas

h) Indicao do fiscal do contrato ou servidor que fará a liquidao da despesa;

III - Minuta do contrato, se for o caso;

IV - Razão de escolha do contratado;

V - Comprovaco de que o contratado preenche os requisitos de habilitaco e qualificaco mínimas necessárias;

VI - Parecer jurídico, que poderá ser dispensado na forma desta Resoluo;

VII - Justificativa de preço, se for o caso, e

VIII - Autorizaco da autoridade competente.

 1.º - A elaboraco de estudo técnico preliminar e da análise de riscos, poderão ser dispensados nos termos dessa Resoluo.

§ 2.º - Todo ato ou documento produzido ou solicitado deverá compor a instrução do processo da contratação direta.

§ 3.º - O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial do Poder Legislativo Municipal.

O Termo de Referência indica que **haverá publicação do edital** buscando ampliar o número de interessados na apresentação de proposta, observando a ampla concorrência.

Desta forma, diante do que consta dos autos, possível a realização do processo de contratação mediante dispensa de licitação, entendo que cumprido o requisito da lei até este momento, devendo ainda se dar seguimento considerando observando-se a Lei Federal 14.133/2021 e a Resolução 02/2024 do Poder Legislativo.

Sendo o que tinha para analisar no momento, é o parecer, havendo dúvidas retorne.

Inácio Martins, 24 de abril de 2026



Vanessa Queiroz

OAB/PR 35.246